

# Sarney propõe pacto para enfrentar crise

O presidente do PDS, senador José Sarney, defendeu ontem, a assinatura de um pacto de transição para a plenitude democrática que envolva aspectos econômicos e sociais. Ele admitiu que existem poucas divergências entre ele e o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães: "concordamos em quase tudo em matéria de economia e finanças. As divergências são de forma e não de conteúdo, mera questão de metodologia".

"Sempre defendi um pacto de transição. Pelo fato de havermos caminhado bastante, nem por isso o entendimento deixa de ser ainda necessário", esclareceu.

Sarney lembrou ainda: "nossas dificuldades políticas teriam sido bem menos, se tivéssemos feito um pacto político para a democratização. Como isto não houve, nós, do PDS, arcamos sozinhos com esta responsabilidade. Minha idéia, colocada junto ao Petronio Portela, era comprometer os partidos e toda a sociedade na Execução de amplo Projeto político. Não foi possível e assim a opção foi pela divisão do projeto em etapas.

O presidente do PDS acha que "nunca é tarde para buscar Fórmulas de entendimentos sem que as partes abdicuem de suas posições e de sua identidade". Lembrando os tempos do falecido ministro da Justiça, Petrônio Portella, e suas articulações para a revogação do AI-5 e concessão da anistia, disse ainda Sarney.

"Naquela época, o pacto devia ser apenas político, porque os setores econômico e social ainda não estavam em crise. Hoje o pacto político deve abarcar os problemas econômico-sociais e a perseguição de soluções".

Ele foi evasivo quanto ao entendimento em torno da sucessão presidencial: "Não devemos envolver pessoas. O pacto deve ser feito em torno dos objetivos políticos. Assim ninguém deve ser excluído como os partidos ainda estão verdes, necessitamos ampliar o diálogo a todos os segmentos da sociedade:

Sarney admitiu, indiretamente, até a legalização do Partido Comunista:

"Desde que o PC deseje jogar as regras da democracia, não há porque recusá-lo. Acho, porém, que eles vão enfrentar dificuldades porque não reconhecem o pluripartidarismo. Não sou favorável a legalização do PC e, sim, de qualquer partido que se proponha a cumprir as exigências da constituição e da lei. Neste sentido, o PC apresentou sua documentação à justiça".

JORNAL DE BRASÍLIA

03 SET 1983